

CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL DA SAÚDE

CONFERÊNCIA "XV LEGISLATURA | A SAÚDE COMO PRIORIDADE PARA A RETOMA ECONÓMICA E SOCIAL"

Centro de Congressos de Lisboa, 28 abril 2022

Abertura – Presidente da CIP, António Saraiva

Senhor Secretário de Estado da Economia, Senhor Presidente do Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em primeiro lugar, quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Secretário de Estado, a presença neste evento, presença essa que muito nos honra.

Promovido pelo Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP, órgão consultivo da Confederação que congrega a generalidade da cadeia de valor das atividades privadas de saúde, o presente evento pretende debater um tema da maior importância: "A SAÚDE COMO PRIORIDADE PARA A RETOMA ECONÓMICA E SOCIAL".

Do meu ponto de vista, mais do que recuperação, a transformação da economia é um imperativo.

A Saúde, no seu conjunto de diversos agentes – as universidades, a indústria farmacêutica, os hospitais privados, os dispositivos médicos, os meios complementares de diagnóstico, os agentes de turismo de Saúde e tantos outros - é uma área determinante para Portugal.

A Saúde é uma área estratégica para a economia e, consequentemente, para o desenvolvimento de qualquer país devido ao dinamismo das suas Empresas, à qualificação dos seus recursos humanos e à sua capacidade de criar inovação.

E entendamos o cluster privado da saúde como um parceiro natural e de referência para uma saúde sustentável.

Neste sentido, urge ver reconhecido o valor económico da Saúde e a importância deste setor para o aumento do valor acrescentado nacional, nomeadamente através da criação de empregos qualificados, da produção e exportação de produtos farmacêuticos, do desenvolvimento tecnológico, do incentivo à investigação e desenvolvimento.

A CIP considera que é urgente assumir a Saúde como setor económico, isto é, que se assuma a Saúde como fonte de inovação e como um setor criador de valor.

O relançamento do crescimento económico português assente no conhecimento, na inovação, na biomedicina, nas ciências da vida e na investigação, é uma oportunidade que



permitiria crescer de forma sólida e estruturada, com impactos consistentes e significativos ao nível do emprego, das exportações e do investimento externo.

Atrevo-me a recordar que na última crise financeira o Recovery Act do Presidente Obama afetava quase um terço das ações ao setor da saúde, a começar pelo registo de saúde eletrónico.

Sei que Vossa Excelência e o Senhor Ministro da Economia e do Mar reconhecem o que acabei de expor.

Permita-me recuar a julho de 2020 e revisitar a "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030"; saliento duas referências retiradas do subcapítulo "O Setor da Saúde e o Futuro".

Primeira referência:

"O setor da saúde é um importante polo de desenvolvimento do país, tem uma importância central na economia nacional, emprega cerca de 300 000 profissionais, gera cerca de 30 mil milhões de euros de volume anual de negócios e participa também nas exportações. O sistema de saúde em Portugal tem evoluído rapidamente, a sua produção científica tem crescido, tem já uma parcela importante de investimento em Investigação e Desenvolvimento, representando quase 11% do total do investimento empresarial em I&D do país."

Segunda referência:

"A competitividade económica e a estabilidade social de Portugal passarão sempre por um investimento sustentado nas ciências da vida e na capacidade produtiva para abastecer este setor crucial para o futuro, que já hoje representa 9% do PIB nacional e é responsável por 1,5 mil milhões de euros de exportação de produtos de elevado valor acrescentado por ano."

Genericamente, é reconhecido que as empresas tiveram um papel notável no combate à COVID-19 e aos seus impactos económicos e sociais:

- Foram determinantes para assegurar o emprego numa conjuntura de recessão;
- Souberam reinventar-se e restruturar a sua produção para satisfazer a procura de máscaras, batas, viseiras, etc.

Num âmbito mais específico dos bens e serviços da saúde:

- Os laboratórios fizeram o seu trabalho no que respeita aos testes;
- Os hospitais disponibilizaram camas e articularam-se com o SNS;
- As farmácias distribuíram medicamentos ao domicílio;
- A indústria farmacêutica e a dos dispositivos médicos, de forma articulada com a distribuição farmacêutica, garantiram o regular abastecimento sem perturbação das cadeias logísticas.



Sem dúvida que vivemos um tempo em que as empresas da Saúde podem fazer ainda mais e servir de alavanca ao desenvolvimento do País.

Assim, importa sublinhar que,

- É urgente assumir a Saúde como área económica;
- O setor da Saúde não pode estar, somente, sob a tutela do Ministério da Saúde.

Do nosso ponto de vista, a promoção do desenvolvimento do setor da Saúde é um objetivo que deve ser amplamente fomentado e o contributo do Ministério da Economia, enquanto responsável pela política industrial, é essencial:

- Intervindo nos mecanismos de regulação dos preços dos medicamentos, regressando a competência de fixação dos preços ao Ministério da Economia;
- Para assegurar uma maior transparência no lançamento e execução dos concursos públicos, designadamente na aquisição de especialidades farmacêuticas por centrais de compras quando detidas pelo Estado;
- Dinamizando e fortalecendo o cluster produtivo e exportador do setor através da implementação de medidas de incentivo e facilitadoras.

As empresas do setor da Saúde estão alinhadas com as prioridades europeias em termos de transição digital, transição climática e soberania estratégica e consideram que é muito importante continuar a trabalhar para eliminar custos de contexto como os prazos de pagamento, as taxas administrativas, o licenciamento das entidades, a revisão da lei sobre investimento de equipamentos médicos pesados, a sobreposição das funções do Estado e as normas penalizadoras da concorrência.

Duas preocupações finais, Senhor Ministro, que, embora transversais, são relevantes para o setor privado da saúde: (i) o aumento acentuado da inflação e (ii) a orientação das verbas do PRR.

Naturalmente que as atividades da Saúde não estão imunes ao fenómeno da inflação, mas, em alguns casos, estão exatamente na primeira linha dos impactos porque é um setor muito regulado. Nestas circunstâncias, o Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP já manifestou a sua preocupação pela continuada subida do preço dos fatores de produção e alertou para a necessidade de manter condições de funcionamento das empresas que não ponham em causa, nem o regular abastecimento e provisão de bens de saúde, nem as condições de sustentabilidade dos operadores.

As empresas e a indústria europeia, já fragilizadas pela pandemia, enfrentam agora duros desafios. O preço das matérias-primas aumentou de forma galopante, e a falta pura e simples de fornecimentos levou a interrupções na produção em muitas empresas. O custo do transporte marítimo aumentou 5 vezes e vivemos uma crise energética, ainda sem perspetivas de solução no médio prazo. O perigo de uma inflação persistente ameaça repercutir-se nas



condições de financiamento dos Estados e das empresas. As tensões geopolíticas que se fazem sentir não agoiram bons ventos.

Já quanto ao PRR, salientamos que as verbas devem ser utilizadas para os fins previstos, ou seja, reformas e investimento, e não para substituir o financiamento corrente pelo Orçamento do Estado. No setor da Saúde também seria muito importante que a componente da transição digital não abrangesse apenas as entidades públicas, mas todo o sistema, pugnando pela interconetividade entre as instituições porque só olhando para o sistema poderemos ganhar eficiência e dar melhores cuidados de saúde aos cidadãos.

Senhor Secretário de Estado,

Para finalizar, permita-me que vinque a seguinte mensagem: o Ministério da Economia deverá ter tutela sobre os produtos e tecnologias de saúde, a indústria farmacêutica, nomeadamente na definição das políticas de preços e margens de comercialização de fixação administrativa dos medicamentos e produtos de saúde, e no licenciamento do equipamento médico pesado.

O Mundo mudou no início de 2020 e, quando parecia que tudo se estava a ajustar, voltou a mudar no passado dia 24 de fevereiro.

Hoje, a incerteza é elevada e a cooperação é uma necessidade imperiosa. Será necessário, cada vez mais, trabalhar numa lógica de cooperação e parceria.

A CIP e as empresas são parceiras ativas na frente deste combate.

Estamos unidos na primeira linha da defesa da saúde pública e da recuperação económica.

Uma vez mais, obrigado pela sua disponibilidade.

Conte sempre com a Confederação a que presido e com o seu Conselho Estratégico Nacional da Saúde para um diálogo construtivo.

Contaremos com Vossa Excelência para a construção de um Portugal melhor porque estou convencido de que, juntos, alcançaremos mais e chegaremos mais longe.

A todos os participantes, aqui ou *on-line*, agradeço igualmente a vossa presença.

Obrigado a todos e votos de bom trabalho!